

## OH, TIMOR!

30/5/22

“Portugal foi um pai para Timor. Os pais não abandonam os filhos... Vejam se fazem qualquer coisa por Timor.

Tirem os indonésios de lá! Ajudem lá um bocadinho...”

Joana Ribeiro, jovem timorense com um irmão preso

em Bali (Indonésia) e ameaçado de fuzilamento, em

entrevista dada à TSF, no dia 12 de Dezembro de 1991.

O Presidente da República (PR) foi a Timor Lorosae, em visita oficial, à tomada de posse do recém-eleito presidente daquele “país” (pequeno, inviável e artificial), o que coincidia com as comemorações dos 20 anos de uma independência forçada (em 29/5/2002) e que será sempre nominal. O PR deste Portugal pequenino e desorientado, apesar de tudo, por uma vez, não fez mal em ir.

E só não fez melhor porque não teve coragem de pedir desculpa a todo o povo timorense, em nome de todos nós. Eles mereciam e nós também, para que a expiação de culpas e responsabilidades, fiquem, não saldadas, mas de consciência mais arrumada.

Não deve ser só a Igreja Católica a exercer esse acto de humildade e também de caridade...

Seria o nosso acto de contrição, como sociedade e Nação (apesar de ser o Estado que nos representa) e merecia ser extenso e profundo, pois fomos nós, os de aqui, os exclusivos culpados das desgraças que sucederam ao povo timorense e a Timor-Leste – território onde os portugueses se estabeleceram, desde o início do século XVI – a partir de 1974, mais propriamente a partir daquela data que agora se quer comemorar o cinquentenário com pompa e foguetório, que não merece – antecipamos – doses maciças de demagogia, mentiras e a elevação de erros e crimes à categoria de virtudes.<sup>1</sup>

Timor era, nesse malfadado ano, um território (oficialmente uma “Província”) perfeitamente integrado na Nação dos portugueses. Mas a campanha conjugada dos imperialismos moscovita e financeiro americano, que influenciavam por sua vez os diferentes países que porfiavam no movimento anticolonialista e terceiro-mundista, não descansaram enquanto não amputaram Portugal dos seus territórios ultramarinos os quais lhe pertenciam de Direito, “de facto” e “de jure”, sob qualquer que fosse o ponto de vista que se queira olhar.

---

<sup>1</sup> A data da chegada dos portugueses a Timor é incerta. A ilha já figurava na carta do piloto Francisco Rodrigues, datada de 1512. E escrevendo de Malaca, em 1514, Rui de Brito informa que Timor “é uma ilha para além de Java, que possui muito sândalo, mel e cera...”. Mas só no início do século XVIII, em 1702, é que chegou o primeiro governador.

Tal facto teve início após a independência da União Indiana, em 1947 e só terminou em 20 de Dezembro de 1999, com a passagem de Macau para a soberania da China, coisa que este país milenar nunca tinha solicitado), nunca tendo havido no Timor português qualquer problema de ordem política e social digna de registo, tão pouco qualquer ameaça externa explícita, muito menos se disparou um único tiro, desde aquela data.



Foto, Wikipédia.

A própria Indonésia, recém - independente da Holanda, desde 1954, jamais causou má vizinhança nem nunca reivindicou a integração do território, tão pouco promoveu qualquer tentativa de “autodeterminação” da população portuguesa, que era uma ilha de católicos numa imensidão muçulmana.

O Estado Português sempre manteve um pequeno contingente militar, grande parte do qual de recrutamento local, com algum armamento ligeiro e respectivas munições, que representavam um símbolo de soberania e podia ocorrer a algum distúrbio de fronteira ou interno, mas era perfeitamente simbólico para a defesa militar face a um qualquer ataque de uma potência regional.

Porém, a paz e a tranquilidade foram sempre mantidas.

O 25 de Abril, chegou devagar a Timor, mas logo teve repercussões no estado de disciplina das tropas metropolitanas.

Com o estado de degradação galopante da situação na Metrópole e sobretudo em Angola, Moçambique e Guiné, com todas as forças comunistas e socialistas a fazerem um esforço em que o Poder fosse entregue a essa gentilha – e apenas a eles – a situação social em Timor começou a degradar-se, com a erupção de grupelhos e partidos políticos. O principal dos quais começou por ser a “UDT”, de forte expressão e que defendia (pelo menos no início) a ligação a Portugal e a “APODETI” muito minoritária, que pretendia a integração do território na Indonésia.

A “Fretilin” – Frente Revolucionária de Timor Leste Independente – tinha sido fundada, em 20 de Maio de 1974 (inicialmente “ASDT”), de carácter marxista, que só tomou aquele nome

em 11 de Setembro do mesmo ano. O carácter esquerdista dos eventos veio a extremar-se quando no pico do verão quente, em Portugal no ano de 1975, um grupo de “revolucionários” foi metido num Boeing 707 da Força Aérea, em Lisboa, e levado para Timor.

Ora a Fretilin advogava a independência ficando Timor-Leste como um Estado Marxista.

A Fretilin iniciou de imediato uma acção subversiva para a tomada do Poder e a situação social, política e económica do território começou a deteriorar-se, sem que as autoridades portuguesas quisessem ou pudessem, intervir eficazmente, dado a indisciplina que grassava na maioria das unidades militares e sem que de Lisboa chegassem orientações firmes ou esclarecidas.

A Indonésia que tinha há pouco tempo tido uma guerra civil muito áspera, contra o Partido Comunista indígena (de que resultou cerca de meio milhão de mortos) e se encontrava em termos geopolíticos alinhada com o chamado mundo ocidental, acompanhava a situação com muita preocupação e não via nada com bons olhos ficar com uma pústula marxista à sua porta e pediu repetidamente ao governo português para pôr ordem no território.

A mesma preocupação tinha a Austrália, que sempre cobiçou o território desde que se descobriram hidrocarbonetos na área. Lembra-se que forças militares australianas e holandesas tinham ocupado indevidamente o território de Timor, em 1941, em eventual antecipação ao Japão o que deu azo a que o governo deste país tivesse encontrado argumento para invadir o mesmo, o que fez, tendo um comportamento que em nada ilustrou os habitantes do país do sol nascente, que durante muitos séculos se divertiram a cortar cabeças uns aos outros.

A aliança inglesa e os americanos (em troca de ficarem nos Açores – mas sem que a sua bandeira pudesse tocar o nosso solo) garantiram que Timor voltasse à soberania portuguesa no fim do conflito. Mas foi justamente Washington que deu luz verde ao governo de Jacarta para a invasão do (ainda) território português de Timor, em 7 de Dezembro de 1975, no dia seguinte à visita do Presidente Ford àquela capital.

Estávamos no último pico da Guerra - Fria.

A invasão indonésia, não sendo aceitável, em termos da correcta convivência entre os povos, tão pouco no âmbito do Direito Internacional vigente, compreende-se. E note-se, que tiveram o cuidado de só o fazer depois de a Fretilin (que era apenas um partido político e se encontrava em guerra com a UDT, outro partido) ter declarado unilateralmente a independência, a 28 de Novembro de 1975 e arriado a Bandeira Portuguesa – aquela cuja sombra, os habitantes da ilha, por respeito, não pisavam. E ainda depois do Governador Coronel Lemos Pires ter retirado para a ilha de Ataúro (a 25 km a norte de Díli), em 26 de Agosto, com toda a administração.

E usámos o termo “compreende-se”, para ilustrar o contraste ocorrido com a escabrosa invasão da União Indiana (desta feita apoiada pela URSS), dos territórios portugueses do Estado da Índia, para o qual não tinham um único argumento válido.

E o contraste de actuação entre os diferentes ataques à soberania portuguesa, foi assombrosamente diferente e díspar.

Na altura da invasão de Díli o Governador dispunha de alguns meios militares à sua responsabilidade, incluindo para além do seu Quartel – General dominado pelas teses esquerdistas do MFA, um destacamento do serviço de material; um destacamento de engenharia; uma companhia de polícia militar; um esquadrão de cavalaria e oito companhias de infantaria; havia ainda tropas de segunda linha todas do recrutamento local. A Força Aérea tinha destacado dois pelotões de paraquedistas e dois helicópteros ALIII e respectivas tripulações e módulo de apoio, que eram as únicas forças com algum valor militar dado o estado de insubordinação existente.

A Marinha apenas tinha um capitão de Porto (e uma estação rádio naval – muito importante por causa das comunicações) e cerca de 30 homens, que guarneciam uma lancha de fiscalização desarmada; um rebocador; uma lancha de desembarque média e outra grande, esta última chegada há pouco tempo. Foram estes meios navais que permitiram o transporte de 2.655 pessoas para a ilha de Ataúro. Estas forças cumpriram todas as missões de que foram incumbidas, até ao fim.



Foto, wikipédia.

Aquando da invasão estavam em Ataúro duas corvetas modernas, que garantiam as comunicações e que receberam ordens para apenas se defenderem se fossem atacadas (o que, obviamente, não aconteceu...).<sup>2</sup>

Mas com a desculpa de que de Lisboa não vieram directivas, as autoridades retiraram para a ilha de Ataúro e não dispararam um tiro. Ignoro também se eram necessárias instruções de Lisboa para se manter a ordem no território antes da invasão...

---

<sup>2</sup> As Corvetas Afonso Cerqueira e João Roby.

O que se passou depois é que o governo em Lisboa protestou, não reconheceu a independência nem a invasão e, na sua aparente impotência, deixou morrer o assunto.

Entretanto os indonésios portaram-se mal e maltrataram a população, tentando integrar rapidamente o território no seu.

A única coisa que respeitaram razoavelmente foi a Religião Católica.

A população resistiu, nomeadamente, aquela ligada à Fretilin (que acabou por se aliar aos “negregados” - para eles - da UDT), que desencadearam uma guerra de guerrilhas nas montanhas – não sem antes se macularem ao fuzilarem cerca de 150 presos, um dos quais era o Tenente-coronel do Exército Maggiolo Gouveia, executado em Ailéu, nos últimos dias de Dezembro. Nunca se soube quantos morreram, mas estima-se que cerca de 200 mil pessoas tenham perecido. Não foi coisa pouca!

Em 1991, deu-se um acaso que viria a mudar o “status quo”: a filmagem de um incidente repressivo no cemitério de S. Cruz, em Díli. As imagens desse “massacre,” despertaram as consciências dos políticos em Lisboa e tiraram a diplomacia da sua letargia, o que conseguiu tocar algumas instâncias internacionais e a opinião pública, sobretudo nacional que, qual catarse colectiva da má consciência que ficou do desastre descolonizador, se mobilizou pelas dores do povo timorense. O resto da História é conhecido.

A Indonésia acabou por acordar na retirada do território, destruindo quase tudo, no processo, à excepção de igrejas e monumentos religiosos, sendo substituídos por forças da ONU (entre 1999 e 2002), agora com uma forte componente de tropas portuguesas, já disciplinadas...

Preparou-se então, o processo de autodeterminação (que jamais teve razão de ser nos territórios ultramarinos portugueses, mas isso já é outra discussão) de Timor, mas “esqueceram-se”, muito convenientemente, de acrescentar uma terceira pergunta (obrigatória) às duas que vieram a concretizar-se: se queriam a independência ou a integração na Indonésia, e essa era, naturalmente, se queriam continuar a ser portugueses. Jamais hoje saberemos ao certo, qual seria o resultado, mas na minha mente não resta qualquer dúvida, que continuariam a querer ser portugueses.

O referendo (coxo) realizado, em 30 de Agosto de 1999, deu 78,5% de votos favoráveis à independência.

Por tudo isto, nós roubámos o então presente, ao povo timorense, causando-lhes dor e danos imensos e subtraindo-lhes o futuro, pois não os quisemos connosco.

Não temos, pois, muito que nos orgulhar e teremos que carregar para todo o sempre com esta chaga, na nossa memória colectiva.

Por isso convinha arrumar este assunto o melhor possível e tal passa por assumir os erros, apontar responsabilidades e deixar de propalar mentiras nos livros de História, na Escola e no discurso público.<sup>3</sup>

Também não foi bonito que praticamente toda a Comunicação Social tenha ignorado a presença do Senhor D. Duarte de Bragança, em Díli, já que ele tem sido uma das pessoas mais dedicadas na defesa do povo timorense e tal encontra justificação na especial ligação das autoridades tradicionais timorenses – os Liurais – com a Monarquia Portuguesa.

Uma nota final de preocupação sobre o nosso PR: para além do lapso, certamente involuntário, de ter revelado a ida do PM à Ucrânia, as exteriorizações comportamentais durante a visita a Timor, que passaram profusamente nos órgãos de comunicação social e nas redes sociais (e respectiva chacota), que ultrapassam em muito a “gravitas” romana, ou seja a sobriedade que deve acompanhar o comportamento de um homem de Estado.

O assunto é, a todos os títulos, delicado, mas os exemplos que fundam a preocupação já são muitos. Esperemos que a Providência Divina nos preserve de alguma desgraça maior e que tudo não passe de expressões histriónicas algo fora do desvio padrão a que, infelizmente, já nos fomos habituando entre os “líderes” por esse mundo fora.

João José Brandão Ferreira

Oficial Piloto Aviador (Ref.)

---

<sup>3</sup> As principais responsabilidades encontram-se atribuídas no relatório, que começou por ser secreto, elaborado por um grupo de trabalho, a mando do então CEMGFA, General Ramalho Eanes. Desse relatório nunca se retiraram as ilações e devidas consequências. Hoje em dia encontra-se convenientemente esquecido...